

*Mein Kampf, 2016*¹

Eliane Hatherly PAZ²

Resumo

Banido ao final da 2ª Guerra Mundial, *Mein Kampf*, de Adolf Hitler – um misto de livro de memórias e projeto político do ditador nazista – entra em domínio público em 31 de dezembro de 2015. Passados 90 anos desde sua publicação e 70 anos da morte de seu autor, sua reedição provoca acaloradas discussões na Alemanha e no mundo. Documento histórico? Bíblia nazista? Livro maldito? O misticismo que envolve *Minha Luta*, título com o qual foi publicado no Brasil em 1934, reacende a questão do simbolismo do livro impresso, subjacente na perspectiva de que, ao se restaurar a materialidade de *Mein Kampf*, esta devolva poder ao seu conteúdo. As reflexões do historiador francês Roger Chartier sobre suporte, leitura, apropriação e produção de sentido embasarão teoricamente a discussão desse tema.

Palavras-chave:

História do livro; *Mein Kampf*; Adolf Hitler; suporte e produção de sentido; leitura

Introdução

Em 31 de dezembro de 2015, encerram-se os 70 anos de proteção autoral do livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, automaticamente inserindo-o em domínio público³. Isso significa, juridicamente, que qualquer editora, em qualquer lugar do mundo, poderá publicar seu texto integral sem precisar da autorização do Governo da Baviera, detentor exclusivo dos direitos autorais a partir do final da Segunda Guerra Mundial, em 1945⁴, e que, desde então, os tem utilizado para evitar qualquer publicação da obra. Na Alemanha, onde comercializar o livro é contra as leis do país, a proximidade dessa data vem gerando discussões acaloradas, tanto do ponto de vista literário e jurídico, quanto do ponto de vista histórico e político.

No que concerne ao nosso campo de estudos, a história do livro, as questões levantadas por essas discussões dizem respeito às providências tomadas pelo Governo da Baviera para: 1) evitar que a obra seminal de Adolf Hitler volte a circular em sua versão original; e, 2) reduzir o aproveitamento comercial de *Mein Kampf*. Para prevenir isso, desde

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Letras, PUC-Rio, email: eliane.h.paz@gmail.com

³ A lei do *copyright* foi criada na Grã-Bretanha, em 1710. No Brasil, ela se encontra no Art. 41 – “Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento.” – da Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 (Fonte: DOU de 20/2/1998).

⁴ Confiscados pelos Aliados, os direitos autorais foram concedidos ao Governo da Baviera – último domicílio de Adolf Hitler – para evitar que o livro fosse reeditado. Os direitos autorais pertenciam à editora do partido nazista, a Eher-Verlag.

2009 o governo bávaro vinha preparando, com a colaboração de pesquisadores renomados do Instituto de História Contemporânea de Munique (IfZ, na sigla em alemão) – um dos principais centros de estudos sobre o nazismo no mundo – uma versão historicamente comentada tendo o texto completo de Hitler como base. Entretanto, em dezembro de 2013, anunciou o fim do apoio financeiro ao projeto, no qual investiu 500 mil euros, alegando o “caráter de agitação popular” dos originais do Führer. O IfZ passou, assim, a ser o responsável por publicar a obra por conta própria. Desde então, uma equipe de cinco historiadores finaliza a edição comentada, que será dividida em dois volumes e terá mais de duas mil páginas. Delas, 780 conterão os vinte e sete capítulos originais de *Mein Kampf*, e as demais a introdução, o índice e mais de cinco mil comentários de estudiosos. Prevê-se que cada um dos volumes irá custar 160 euros. Outras três versões estão sendo planejadas: uma em inglês, outra no formato de livro eletrônico e a terceira como audiolivro. Também está sendo estudada uma edição escolar. Com essas medidas, busca-se dificultar uma corrida entre as editoras para obter lucros com a comercialização e a promoção da obra original, e, assim, evitar a exaltação e a disseminação da ideologia nazista.

Tachada de ‘maldita’, epíteto que também lhe confere fascínio, a “Bíblia nazi”, porém, é mais conhecida por sua fama do que por seu conteúdo. Sem pretender realizar uma análise textual aprofundada, passo a discorrer, a seguir, sobre a história editorial de *Mein Kampf* dentro e fora da Alemanha.

1. 1925: Hitler revela sua luta

A lenda que cerca *Mein Kampf* propaga que esse é o livro político mais vendido, porém o menos lido da História. Mesmo na Alemanha, onde se fala muito *sobre* o libelo de Hitler, faltam análises fundamentadas de suas origens, estrutura e, sobretudo, da repercussão entre os seus contemporâneos. O mito que se mantém até hoje é o de *best-seller* não lido. Nas palavras do documentarista e jornalista francês Antoine VITKINE, autor de *Mein Kampf: a história do livro*⁵:

(...) sua preparação, os comentários que acompanharam a publicação, seu impacto no florescimento do nazismo e no III Reich, sua recepção, sua difusão internacional, seu itinerário depois da guerra e mesmo a simples questão de saber se a obra, além de ser possuída por milhões de alemães, foi lida, nada disso se estudou. A maioria dos historiadores deixou de lado essa história e a opinião pública desviou o olhar. (*ibid.*, p. 2)

⁵ VITKINE, A. *Mein Kampf: a história do livro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

Mas, afinal, de que se trata *Mein Kampf*? Combinação de autobiografia, manifesto ideológico e resumo de informações tiradas de diversos livros e panfletos políticos, o libelo do Führer se fundamenta em uma profusão de preconceitos sexistas, racistas, xenófobos e antissemitas, trata da guerra e da revolução nazista e justifica as aspirações de liderança de Hitler. Se não detalha seus planos de extermínio dos judeus, lança o antissemitismo como uma das bases do nacional-socialismo. A ideologia racial permeia todo o texto, fundamentando a luta entre as “raças” germânica e judaica, considerada por Hitler o principal inimigo, a quem cabe combater e exterminar em nome da autopreservação. Ele declara que os judeus estariam planejando dominar o mundo e anuncia medidas que, uma vez no poder, se transformariam em leis racistas. Para analistas e historiadores, *Mein Kampf* traz a justificativa ideológica para o Holocausto. Mas Hitler não se restringe à ideologia racial. Como forma de revidar a derrota germânica na Grande Guerra, defende a militarização do país e a necessidade de a Alemanha ampliar seu território.

Escrita ao longo de 1924, enquanto o líder do partido trabalhista de 34 anos cumpria prisão depois de tentar um golpe de Estado em Munique, *Mein Kampf* foi publicado no ano seguinte – quando, já em liberdade, Hitler havia refundado o partido nazista (NSDAP, na sigla em alemão) e reassumido sua liderança –, pela pequena editora do partido nazista, a Eher-Verlag, que editava brochuras de tiragens irrisórias e o jornal do partido, o *Völkischer Beobachter*. Dirigida por Max Amman, sargento de Hitler na Primeira Guerra Mundial, deve-se a ele a ideia do título definitivo, e bem mais conciso, do livro, inicialmente batizado pelo autor como *Quatro anos e meio de combate contra as mentiras, a tolice e a covardia*. Anunciado nos jornais de extrema direita já em junho de 1924, o texto precisou passar por diversas revisões para “melhorá-lo, dar-lhe forma, retocar o estilo, esclarecer certas ideias. (...) Em relação ao texto original, as modificações são numerosas, mas em nada alteram o fundo ou as ideias defendidas pelo autor” (*ibid.*, p. 17). O livro só seria lançado em julho de 1925:

A 18 de julho de 1925, (...) o livro já se encontra nas prateleiras das livrarias. É vendido ao preço de 12 marcos, o que, na época, representa uma soma considerável. Impresso pela gráfica M. Müller & Sohn, o livro teve tiragem de dez mil exemplares (...). Em formato grande, tem 400 páginas e traz na sobrecapa um retrato em preto e branco de Hitler, com os olhos fixados no leitor e trajando terno escuro. Numa larga faixa vermelha lê-se o título. Retirando-se a sobrecapa, aparece uma capa de cartolina vermelha escura na qual se destaca uma cruz gamada. O papel é fino, a tinta, de boa qualidade. Os caracteres são góticos, logo dando lugar, contudo, a letras romanas, para maior legibilidade. (*op.cit.*)

No primeiro volume, dividido em doze capítulos, além de retratar seu percurso biográfico e sua formação desde a infância – “Na casa paterna” (capítulo 1), os “Anos de aprendizagem e sofrimento em Viena” (capítulo 2), “O começo de minha atividade política (capítulo 8) –, Hitler apresenta uma nova concepção de mundo (“Povo e raça”, capítulo 11) e relata a criação e o período inicial do Partido Nazista. Já no segundo, lançado em dezembro de 1926, seus quinze capítulos dão “ênfase essencialmente ao projeto político do futuro Führer. Nele, o autor discorre sobre a natureza do estado nacional-socialista que pretende construir, a ideologia do movimento, sua organização, a propaganda, a política externa” (*ibid.*, p. 18). Em menos de dez anos, *Mein Kampf* fez de Hitler um milionário. Até 1933, cerca de 300 mil exemplares haviam sido vendidos. Reunidos num só volume e impressos numa edição popular a preços acessíveis⁶, com “o papel fino, o formato de bolso, a capa escura, [a obra ficou] parecendo uma bíblia” (*op. cit.*). Com a chegada dos nazistas ao poder naquele ano, o livro se tornou um texto fundamental para os partidários do regime, sendo também adaptado para histórias em quadrinhos e impresso em braile. Impulsionado pela máquina de propaganda e de controle da opinião pública chefiada por Goebbels, foi anunciado em campanhas publicitárias inovadoras, comprado pelo governo para distribuição nas escolas, como leitura obrigatória, e dado de presente a casais recém-casados, durante o registro civil do matrimônio. A obra do Chanceler alemão também movimentou o mercado editorial local, gerando produtos diversificados e adaptados para os diversos níveis de leitura:

Como no caso dos adultos, muitos sucedâneos de *Mein Kampf* são utilizados, minorando a aridez que pode representar um texto de 700 páginas para um público jovem. Editada em 1933, uma brochura de Paul Sommers, *Explicações sobre Mein Kampf*, destina-se especificamente ao contexto escolar. Livros de imagens comportando alguns trechos são impressos para as crianças. Para repisar a reivindicação de um espaço vital, promove-se a leitura de *A saga dos camponeses*, afresco relatando o povoamento alemão, diretamente inspirado em *Mein Kampf*, ou do livro ilustrado *A raposa da planície merece tanta confiança quanto o juramento do judeu*, no qual as teorias antissemitas de Hitler são explicadas à juventude. Outros livros ilustrados reproduzem a autobiografia idealizada relatada por Hitler em seu livro, como *Mamãe, fale-nos de Adolf Hitler*, de Johanna Haarer. (*ibid.*, p. 59)

Até 1945, 12 milhões de exemplares de *Mein Kampf* haviam sido vendidos na Alemanha. Com a queda do regime nazista, passaram a ser considerados uma herança infame e comprometedora, e foram, em sua maioria, destruídos. Em outubro de 1945, o

⁶ “Foi a mutação do *paperback*, iniciada em 1935, que permitiu ao livro moderno inserir-se na civilização de massa” (*in* ESCARPIT, R. **A revolução do livro**. Rio de Janeiro: FGV ; INL, 1976. p. 17).

livro foi formalmente proibido de ser divulgado e vendido no país. No contexto da desnazificação promovida pela ocupação aliada, foi banido dos espaços públicos e os exemplares remanescentes tirados de circulação, estocados e trancafiados nas bibliotecas de toda a Alemanha. De onde, atualmente, só podem ser retirados para consulta acadêmica.

2. 1933: “um livro que percorre o mundo”

Mein Kampf, no entanto, não se limitou a circular apenas na Alemanha. Com a ascensão de Hitler ao poder em 1933 foi traduzido, ao longo da década de 1930, em mais de vinte idiomas, transformando-se em um *best-seller* mundial:

A partir de 1933, a Eher-Verlag vende os direitos de tradução em quatorze países. A Espanha, a Hungria, a China, o Japão, a Holanda, a Dinamarca e a Suécia logo poderão dispor de traduções de *Mein Kampf*. Na Itália, *La Mia Battaglia* é publicada em 1934, assim como *Minha Luta*, a tradução brasileira, que imediatamente obtém grande sucesso, alcançando nada menos que três edições na década de 1930. A primeira tradução árabe de *Mein Kampf* também é de 1934: trechos são publicados em fascículos pelo jornal *O Mundo Árabe*, de Bagdad. A pedido de Hitler, todavia, todas essas traduções são escoimadas de trechos inteiros, relativos à política externa. Em compensação, os conteúdos violentos sobre raça, eugenismo, judeus e negros de modo geral não são censurados: o Führer considera que essas ideias são menos estratégicas que suas exortações à anexação da Áustria ou ao aumento do espaço vital alemão. (*ibid.*, p. 67)

Assim como no mercado editorial europeu, editores da Inglaterra e dos Estados Unidos foram obrigados a concordar com uma edição controlada de *Mein Kampf* para poder publicar a obra, já que o Führer temia uma reação desses países aos seus planos de expansão na Europa. Apostando tanto no interesse de seus leitores pelo “fenômeno Hitler” quanto na existência de simpatizantes locais da causa nacional-socialista, os editores anglo-saxões aquiesceram:

No fim de 1933, duas respeitáveis editoras, Houghton Mifflin, de Nova York, e Hurst & Blackett, de Londres, finalmente adquirem os direitos de venda de *Mein Kampf* em tradução inglesa. A tradução usada nos dois casos foi feita por um inglês chamado Edgar Dugdale. Trata-se de um militante da causa sionista e opositor do nazismo. Ele iniciou já em 1931 a tradução de *Mein Kampf*, e ao tomar conhecimento dos projetos desses editores oferece-lhes o seu texto, gratuitamente, com o objetivo de divulgar para a opinião pública um livro que considera preocupante. Os dois editores, entretanto, publicam uma versão que oculta as passagens incômodas para Hitler, tal como foi exigido pela Eher-Verlag. A editora de Munique, com efeito, indicou com precisão quais as passagens que não desejava ver publicadas nos dois países.

Em 1934, *My Battle* é publicado nos Estados Unidos, *My Struggle*, no Reino Unido. Na Inglaterra, o interesse do público é imediatamente despertado: Hurst & Blackett vende 18 mil exemplares no primeiro ano, caindo as vendas para alguns milhares nos anos seguintes.

O editor americano, que começa mais modestamente – com pouco mais de 5 mil exemplares vendidos inicialmente – pagou 20 mil dólares pelos direitos de tradução e publicação, uma importância considerável para a época. (*ibid.*, pp. 68-69)

O libelo nazista só apareceria na lista dos 10 livros mais vendidos de não-ficção da tradicional revista norte-americana especializada em mercado editorial, *Publisher's Weekly*, seis anos depois, em 1939, ocupando a sétima posição (HACKETT, 1956, p. 167; KORDA, 2001, p. 73). Para KORDA (*ibid.*, pp. 62-63), as “repentinas vendas” de *Mein Kampf* no mercado americano demonstram que o público recorreu ao livro de Hitler para saber “o que estava acontecendo por trás do que diziam os jornais”.

A versão sem cortes de *Mein Kampf* em inglês seria lançada na Inglaterra apenas em 1940, e nos Estados Unidos, em 1943. Da edição americana, só naquele ano foram vendidos 53 mil exemplares. O suicídio de Hitler, em 30 de abril de 1945, e a consequente transferência do *copyright* para o governo da Baviera não afetaram a contínua difusão da obra no mercado anglo-saxônico:

(...) A importante editora americana Houghton Mifflin, que se tornou detentora dos direitos em 1933, ainda hoje distribui a obra, sem interrupção. Em 1945, o estado americano confisca os direitos autorais – 15% – que a editora deveria pagar a Hitler, encaminhando-os a um fundo dedicado aos refugiados judeus. De acordo com uma pesquisa do *New York Times* publicada em 1960, a empresa venderia algo em torno de 5 mil exemplares por ano desde o fim da guerra.

No Reino Unido, a detentora dos direitos, Hurst & Blackett, deixa de existir depois da guerra. Em 1963, uma outra casa editorial, Hutchinson & Co., que não detém os direitos autorais, decide por sua vez publicar uma versão integral de *Mein Kampf* comentada por um historiador, mas enfrenta uma verdadeira guerrilha judicial empreendida pelo Estado da Baviera. Durante nove anos, o respeitável editor resistiria. (...) Depois de vívida polêmica, o livro seria finalmente publicado, (...). (VITKINE, *op. cit.*, p. 140)

Uma exceção foi feita à França, o país “mais frequentemente mencionado e o mais violentamente atacado” na obra e que, para Hitler era, e sempre seria, “o inimigo mortal, o inimigo impiedoso do povo alemão” (*ibid.*, p. 77), quanto a uma eventual tradução, parcial ou integral, de *Mein Kampf*:

Numa primeira etapa, a editora Eher-Verlag, sempre empenhada em lucrar com seu título principal, mostrou-se favorável ao projeto de vender a um editor

francês os direitos de uma tradução expurgada de *Mein Kampf*. Em março de 1933, têm início, inclusive, negociações com um intermediário (...). Uma vez informado a respeito, contudo, Hitler poria fim a essas negociações: está fora de cogitação que o público francês venha a ler seu livro. (...) A essa altura, os alemães ainda não sabem que em Paris uma equipe está trabalhando numa tradução integral de *Mein Kampf*. (...) *Mein Kampf, mon combat*: com este título e subtítulo, o livro é publicado na primavera de 1934 [pela editora Nouvelles Éditions Latines, dirigida por Fernand Sorlot]. (*ibid.*, pp. 81,84)

Lançado sem a autorização da Eher-Verlag, que havia recusado a proposta de publicação feita por Sorlot, o editor justifica sua atitude em nota introdutória ao livro: “(...) isto porque Hitler até agora se tem recusado obstinadamente a permitir a publicação em francês de *Mein Kampf* (...)” (*ibid.*, p. 84). Ao saber do fato, Hitler move uma ação, como pessoa física, contra Sorlot, que é derrotado no tribunal, proibido de comercializar a obra e obrigado a destruir as cópias restantes e os clichês de impressão. Mas o editor francês continua imprimindo a obra, reduzida a 100 páginas e contendo trechos do “livro proibido para os franceses”, como é anunciado na cinta vermelha que envolve os exemplares. De 1934 a 1940, Sorlot vendeu de 15 mil a 20 mil cópias de sua edição reduzida. A França só veria uma edição integral de *Mein Kampf* ao final de 1939, publicada pela Défense Française que, assim como a Nouvelles Éditions Latines, ignorou os direitos autorais. Entre maio e junho de 1940, Hitler invadiu a França e, diferentemente da Croácia, Flandres, Liechtenstein e Noruega – países também ocupados pelos nazistas – *Mein Kampf* foi proibido em território francês. Finda a guerra, Fernand Sorlot voltou a comercializar a obra, mesmo sem deter os direitos autorais, agora em posse do governo da Baviera. Em 1979, ganhou, na justiça francesa, o direito de publicar a obra legalmente, desde que acrescida de uma advertência aos leitores sobre seu conteúdo racista. Até 1982, ano de sua morte, 2 mil exemplares haviam sido vendidos anualmente. Na época atual, de 2.500 a 3 mil exemplares são vendidos por ano pela Nouvelles Éditions Latines.

No Brasil, a obra – cujo título foi traduzido para *Minha Luta* –, foi lançada no mercado nacional pela Editora Globo, de Porto Alegre, em setembro de 1934. Prescrito pela ditadura Vargas em 1942, quando da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, toda a tiragem publicada pela Editora Globo foi queimada a mando do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão governamental que tinha, entre os seus objetivos, “fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa”⁷. *Minha Luta* só seria

⁷ Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>

reimpresso em 1962, pela editora paulista Mestre Jou. A edição seria apreendida logo após a publicação da Portaria de 26 de julho de 1962⁸ que proibiu, “em todo o território nacional, a edição, a distribuição e a venda do livro”. Com a ditadura militar, iniciada em 1964, permaneceu vetada. Em 1983, apesar da interdição, foi publicada pela paulista Editora Moraes. Em 1987, a Editora Pensamento, de São Paulo, lançou sua versão, baseada na edição de 1934 da Globo. Em 1990, foi a vez da gaúcha Editora Revisão lançar a sua. Uma nova edição da Editora Moraes, rebatizada como Editora Centauro, saiu em 2001, sendo reimpressa em 2004 e 2005. Novas tiragens foram suspensas após uma série de processos na Justiça em que os donos da Centauro foram acusados de racismo.

3. *Mein Kampf* também um *best-seller* digital

Se *Mein Kampf*, em sua versão impressa, nunca deixou de ser editado e distribuído, com o advento da internet descolou-se de sua materialidade e tornou-se acessível, mundial e gratuitamente, a todos os leitores. É possível adquirir, na *World Wide Web*, exemplares impressos na língua inglesa em plataformas comerciais internacionais como o *Ebay* e a *Amazon*, e, no Brasil, no site Estante Virtual, que agrupa sebos de todo o país. Nele há desde uma versão de 1933, em alemão gótico, até edições em português das diferentes editoras nacionais que o publicaram. Também é fácil encontrar longos trechos do manifesto de Adolf Hitler, ou mesmo a obra integral, em formato eletrônico, em diversos idiomas, incluindo o português, para *download* gratuito, ou à venda em formato *e-book*. Desde novembro de 2012, a versão em inglês em formato digital está disponível nos *websites* da *Amazon* por US\$0,99 e do *iTunes* por US\$2,99, tendo chegado à lista de mais vendidos nas lojas online, encabeçando a categoria “Propaganda e Psicologia Política”, após ter sido baixado mais de 100 mil vezes. Todos esses formatos, naturalmente, desprovidos de comentários críticos de especialistas e com bem poucas restrições legais.

De fato, qualquer leitor conectado à rede pode, nos dias de hoje, além de consultar, baixar, copiar e recortar, recompor *Mein Kampf*, ser coautor do libelo de Hitler. Devido às características intrínsecas a todo texto eletrônico – ser móvel, maleável, aberto, fragmentado – também ele se tornou passível de ser uma obra múltipla, polifônica, coletiva. Para uma geração em que o livro é apenas *mais uma forma* de texto, ler o escrito de Hitler na internet é uma experiência que pode ser amplificada por toda uma série de arquivos digitais disponíveis em áudio, vídeo, texto etc. que enriquecem a narrativa numa cadeia

⁸ Fonte: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2896719/pg-8-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-27-07-1962/>

hipertextual de referências. Daí o anúncio do IfZ quanto a uma possível versão também em formato *e-book* do *Mein Kampf* comentado, para atender a esse público.

Diante da popularidade e da liberdade de circulação e de manipulação de *Mein Kampf* no mundo virtual, podemos concluir, então, que proibir sua reimpressão é uma medida anacrônica, uma vez que o texto de Hitler *já se encontra* em uma espécie de domínio público *informal*? Em outras palavras, por que ainda temer sua versão impressa? Passemos agora para o tema que, do ponto de vista da história do livro, nos é pertinente: restaurar a materialidade de *Mein Kampf* devolverá poder ao seu conteúdo? O que mantém o simbolismo do livro impresso na era do texto eletrônico? É o que discutiremos a seguir.

4. O poder da forma

Desde que o códice começou a suplantar os rolos de papiro, por volta do século IV d.C. em Roma, passando pela invenção da impressão com tipos móveis de Gutenberg, na Alemanha da década de 1450, a humanidade usa o livro impresso para adorar, registrar, governar e educar. Ao longo de sua existência, a construção desse objeto vem sendo aperfeiçoada por diferentes inovações tipográficas que culminaram, nas palavras do historiador americano Robert DARNTON (2010, p. 86), em “uma máquina maravilhosa”, cujo “design é um prazer para os olhos”, cuja “forma torna o ato de segurá-lo nas mãos um deleite” e cuja “conveniência fez dele a ferramenta básica do saber por milhares de anos”.

Corporificar o saber é um dos atributos que confere poder a esse objeto. Outra qualidade que contribui para a sua autoridade é a de encerrar a Verdade exclusiva e definitiva, como atestam as três religiões monoteístas fundamentadas na sacralidade do Livro: o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. Mas mesmo após sua dessacralização, decorrente de sua laicização, e sua instrumentalização, via processo industrial, o livro impresso nunca deixou de ser um ‘objeto de culto’, um bem cultural distinto de quaisquer outros, até mesmo de seu simulacro eletrônico, e sobre o qual ainda mantém a supremacia. Para o paleógrafo francês, Michel MELOT (2012, p. 42), é a forma do livro que lhe preserva a autoridade e, através dela, o livro “em certa medida se autoconsagra, ou se autovalida”.

Mas, o que é, de fato, um livro? A maioria, senão a totalidade, dos estudiosos que se dedicam ao assunto, nas diversas áreas do saber que trafegam por essa nova disciplina, a História do Livro – a saber: a História, a Literatura, a Sociologia, a Comunicação, a Biblioteconomia, o Design, a Economia, a Educação, entre outras –, concorda, ao menos,

numa questão: *um texto não é um livro*. Nas palavras de DARNTON (*op. cit.*, p. 193), um livro “pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor, ao impressor, ao distribuidor, ao livreiro e ao leitor”, percurso que resulta, tanto do ponto de vista formal quanto do jurídico, numa associação indissolúvel entre autor, texto e objeto. Esse ‘veículo de mensagens’, suporte por excelência de uma cultura escrita que é registrada em páginas que são viradas, com seus diversos formatos, suas páginas e cadernos colados uns aos outros, é fabricado pelos elos dessa teia, os quais nos impõem toda uma série de paratextos – título da obra, nome do autor, prefácio, posfácio, imagens, sumário, anotações, notas, lombada, capa, quarta capa, entre outros –, certos “protocolos de leitura”, que nos posicionam, enquanto leitores, em relação a esse texto encerrado entre duas capas. A esse processo tipográfico o pensador da história do livro, o francês Roger CHARTIER, denomina *mise en livre*: “as formas produzem sentidos e (...) um texto, estável por extenso, passa a investir-se de uma significação e de um *status* inéditos tão logo se modifiquem os dispositivos que convidam à sua interpretação” (1999a, p. 13). Ou, como sintetiza Márcia ABREU, na Introdução a *Formas e sentido*, de autoria de CHARTIER:

Interferem aí não apenas as habilidades das “mãos mecânicas” que compõem os livros mas também a imagem que os editores fazem do produto que oferecem ao público, assim como a representação que têm das competências de leitura daqueles a quem destinam prioritariamente a obra. Esse conjunto de imagens fará com que se tomem decisões quanto ao tipo de capa, disposição e diagramação do texto, introdução de paratextos etc. (2003, p. 10)

De um ponto de vista técnico, o crítico literário francês Gérard GENETTE classifica essas “mensagens materializadas”, que têm necessidade de um lugar, de *peritextos*:

Denomino peritexto editorial toda a zona do peritexto que se encontra sob a responsabilidade direta e principal (mas não exclusiva) do editor, ou talvez, de maneira mais abstrata porém com maior exatidão, da edição, isto é, do fato de um livro ser editado, e eventualmente reeditado, e proposto ao público sob uma ou várias apresentações mais ou menos diferentes. A palavra zona indica que o traço característico desse aspecto do paratexto é essencialmente espacial e material; trata-se do peritexto mais exterior: a capa, a página de rosto e seus anexos; e da realização material do livro, cuja execução depende do impressor, mas cuja decisão é tomada pelo editor, (...): escolha do formato, do papel, da composição tipográfica etc. (2009, p. 21)

E como os paratextos interferem, concretamente, no sentido de um texto? De imediato, eles nos permitem uma percepção instantânea da totalidade da obra. Isso nos leva a uma variedade de gestos relacionados à prática leitora e desenvolvida ao longo de séculos

de uso desse suporte textual, mas que, para nós, é “tão imediata, que parece não poder jamais ter sido outra coisa senão aquela que é hoje” (CHARTIER, 2001b, p. 19), como: apoiar o livro em uma das mãos e folheá-lo com a outra; se aproximar de seu conteúdo pelo texto da quarta capa ou das orelhas; inspecionar seus capítulos no sumário; apreciar a qualidade gráfica do livro ao observar a escolha do papel, das fontes e da diagramação; entrar em contato com a obra ao fazer uma leitura silenciosa de suas primeiras linhas; medir a extensão de seu texto ao buscar a numeração na última página. Em resumo, como afirma CHARTIER, “não existe a compreensão de um texto, qualquer que seja ele, que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor” (*ibid.*, 1999, p. 17). Todos esses “protocolos de leitura”, esses sinais tipográficos depositados no objeto livro, acabam por modelar nossas expectativas e nossas formas de apropriação do texto enquanto leitores.

5. As intenções do autor

Juntamente a eles, ou mesmo *antes* deles – se pensarmos na cadeia de produção do impresso – também nos deparamos com os protocolos de leitura impostos pelo autor, processo que CHARTIER denomina *mise-en-texte*, cujas “senhas” se disseminam no texto, explícita ou implicitamente, para produzir certa leitura, garantir a ‘correta interpretação’ que o leitor deve lhe dar:

Com efeito, todo autor, todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura. Que seja explicitamente afirmada pelo escritor ou produzida mecanicamente pela maquinaria do texto, inscrita na letra da obra como também nos dispositivos de sua impressão, o protocolo de leitura define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo em que esboça seu leitor ideal. Deste último, autores e editores têm sempre uma clara representação: são as competências que supõem nele que guiam seu trabalho de escrita e de edição; são os pensamentos e as condutas que desejam nele que fundam seus esforços e efeitos de persuasão. (*ibid.*, 2001b, p. 20)

Podemos citar como exemplo dessa “mecânica literária” o que Hitler comenta de sua obra no Prefácio de *Mein Kampf*: “Com esse livro eu não me dirijo aos estranhos, mas aos adeptos do movimento nacional-socialista que ao mesmo aderiram de coração e que aspiram esclarecimentos mais substanciais” (HITLER, 2001, p. 6). O apelo emocional implícito nesse paratexto, ao mesmo tempo em que instrui o leitor sobre o conteúdo da obra, “coloca-o onde o autor deseja que ele esteja”, criando uma série de expectativas sobre o que aquele que ‘aderiu de coração’ ao nacional-socialismo vai encontrar em suas páginas, e como ele deve, supostamente, se relacionar com elas. Da mesma forma, e em

contrapartida, a edição comentada que está sendo preparada pelo IfZ traz consigo uma série de paratextos que construirão um subtexto a *Mein Kampf* e que, na declaração de seu diretor⁹, Andreas Wirsching, atuarão como um livro “anti-Hitler”. No site do instituto¹⁰, são dados detalhes sobre o trabalho que está sendo feito pela equipe de historiadores:

Dois historiadores trabalham atualmente na edição crítica de *Mein Kampf*, provendo cada capítulo do texto original com introduções explicativas. Através de mais de 3.500 notas, eles buscam: fornecer informação objetiva sobre as pessoas e os eventos descritos; esclarecer conceitos ideológicos centrais; revelar as fontes utilizadas por seu autor; explicar as origens de vários conceitos no campo da história das idéias; contextualizar os aspectos contemporâneos ao texto; corrigir erros e versões unilaterais; e, propor um ponto de vista sobre as consequências do livro.

A esse processo de imposição de significações, ao qual se nega a aceitar, CHARTIER denomina “abstração da leitura”, ou seja, “a projeção da leitura de letrados e críticos para o conjunto da sociedade como se ela fosse aquela universalmente feita” (2001, p. 10), o “controle que editores ou autores exercem sobre essas formas [de materialidade] encarregadas de exprimir uma intenção, de governar a recepção, de reprimir a interpretação” (*ibid.*, 1999, p. 35). Segundo ele:

(...) cada leitor é confrontado por todo um conjunto de constrangimentos e regras. O autor, o livreiro-editor, o comentador, o censor, todos pensam em controlar mais de perto a produção do sentido, fazendo com que os textos escritos, publicados, glosados ou autorizados por eles sejam compreendidos, sem qualquer variação possível, à luz de sua vontade prescritiva. (*op.cit.*, p. 7)

Para o historiador, ao contrário, “a leitura é, por definição, rebelde e vadia. Os artifícios de que lançam mão os leitores para obter livros proibidos, ler nas entrelinhas, e subverter as lições impostas são infinitos” (*op. cit.*). Ela é uma prática “criadora, inventiva, produtora”, que não se anula no texto lido, “como se o sentido desejado por seu autor [se inscrevesse] com toda a imediatez e transparência, sem resistência nem desvio, no espírito de seus leitores” (2001b, p. 78).

6. O contrapoder do leitor

“Um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado”, assevera CHARTIER em *A ordem dos livros* (1999, p. 11). O papel que o leitor assume em suas

⁹ Fonte: <http://www.dw.com/pt/edi%C3%A7%C3%A3o-comentada-de-minha-luta-sair%C3%A1-em-2016/a-18271632?maca=bra-rss-br-top-1029-rdf>

¹⁰ Fonte: <http://www.ifz-muenchen.de/?id=550> (texto em tradução livre pela autora)

reflexões não deixa dúvida de que, apesar de o livro ter sempre pretendido “instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação” (*ibid.*, p. 8), ela fracassou em anular a liberdade do leitor, pois que “cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria” (*ibid.*, pp. 20-21). E “mesmo limitada pelas competências e convenções, essa liberdade sabe como se desviar e reformular as significações que a reduziram” (*ibid.*, p. 8). Eis um exemplo simples do exercício dessa liberdade: mesmo tendo Hitler, no prefácio de seu livro, se dirigido a um *leitor ideal*, “adepto do movimento nacional-socialista”, o *leitor real* que folheou/folheará seu exemplar poderia, como bem nos lembra DARNTON (*op. cit.*, p. 11), sentir-se desobrigado de ler esse paratexto, “mesmo que essa liberdade nem sempre seja bem-vinda para o autor”. Por outro lado, sua liberdade de apropriação de um texto se apresenta sob diversas formas. Por exemplo, para marcar sua presença no livro impresso ele pode ‘se inscrever’ nas margens do texto, nas folhas em branco, nas contracapas da encadernação. Ao preencher esses espaços com a sua ‘voz’, vale dizer, ao registrar neles seu diálogo com o autor do livro, ele passa a possuir mais do que a obra impressa, passa a possuir seu texto, tornando-se uma espécie de coautor dele, confirmando o que destaca CHARTIER das inferências de D. F. McKenzie sobre a sociologia da leitura: “novos leitores criam novos textos” (1999, p. 14).

Uma última questão: ler *Mein Kampf* em 2016 não resulta na mesma produção de sentido que ler *Mein Kampf* em 1925, em 1933, ou em 1945. À parte o “horizonte de expectativas” – conceito caro à Estética da Recepção, mas que CHARTIER descarta justamente por esta perceber a obra como um texto abstrato cujas formas tipográficas não interferem na produção de sentido do texto pelo leitor –, as práticas através das quais o leitor se apropria do texto são histórica e socialmente variáveis. Nas suas palavras:

As obras não têm sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que dela se apropriam. Certamente, os criadores, os poderes ou os *experts* sempre querem fixar um sentido e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura. Todavia, a recepção também inventa, desloca e distorce. (1999, p. 9)

Ou seja, para o público leitor de 2016, a edição comentada do livro de Hitler publicada pelo IfZ será *mais uma possibilidade de leitura* do libelo nazista. A despeito das

intenções investidas por seu autor na obra original e dos “dispositivos de intromissão nas formas materiais que o texto irá assumir” (*ibid.*, p. 18) inseridos por seus editores, sua leitura é prática cultural autônoma e móvel, e irá variar segundo as convenções, os usos, os protocolos e as competências leitoras próprios a cada público leitor e em conformidade com o espírito e as maneiras de ler – “coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas” (2001b, p. 78) – de seu tempo. A mensagem que fica, por fim, é que a leitura não se limita ao texto lido: ela está sempre na ordem do efêmero.

Conclusão

A entrada de *Mein Kampf* em domínio público a partir de 1º de janeiro de 2016 é a ponta do iceberg de um debate maior que é o da censura de livros *versus* a liberdade de expressão. Essa disputa não é nova, mas se agrava pelo fato de seu autor ser um dos líderes políticos mais odiados da Humanidade e de seu livro ter entrado para a história como um legado ‘maldito’. Para os que se colocam contra a reedição de *Mein Kampf*, ele é um insulto às vítimas do Holocausto e deveria ser permanentemente esquecida no lixo da História. Para os que defendem a publicação de uma edição crítica da obra, esta é melhor *forma* de combater a mistificação do texto de Hitler e o racismo presente nele.

Fernando BÁEZ, escritor venezuelano e autor da *História universal da destruição dos livros*, defende a teoria de que um “livro não é destruído como objeto físico, e sim como vínculo de memória” (2006, p. 24). Sem pretender fazer um julgamento de valores, reeditar o livro de Hitler com ‘esclarecimentos’ de especialistas nas mais diversas áreas do conhecimento não seria *reeditar a memória* da Alemanha, *criar uma nova memória* para a Alemanha, *substituir uma memória vergonhosa* da Alemanha por outra, racionalizada? Não seria, enfim, *passar a limpo* a memória da Alemanha? Ao ‘enquadrar’ o texto original de Hitler com uma série de peritextos, não estaria a equipe do IfZ se propondo a exercer um poder *sobre o poder* que ainda possa ter a obra do Führer? Por outro lado, liberar a reedição do texto original de *Mein Kampf* não seria sua mais efetiva contrapropaganda? Afinal de contas, não é dentro de si que o veneno carrega seu próprio antídoto?



Mesmo em domínio público oficial, a partir de 1º de janeiro de 2016 a reedição do texto original de *Mein Kampf* continuará sendo proibida na Alemanha. Para impedir sua propagação, entendida pela legislação federal local como um gesto de propaganda nazista, o governo alemão poderá lançar mão de normas legais já existentes no país, como o Código

Penal, que criminaliza com a prisão a incitação ao ódio racial. Falta esclarecer como serão tratadas as edições comentadas de editoras comerciais. O fato de o governo da Baviera ter anunciado que não tomará qualquer medida para impedir a publicação da edição que o IfZ propõe lançar no início de 2016 é um sinal de que as versões críticas deverão ser consideradas uma exceção pelas autoridades alemãs.

Referências bibliográficas

BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CHARTIER, R. **Formas e sentido**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado de Letras ; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002b.

_____. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002a.

_____. (org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001b.

_____. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001a.

_____. **A ordem dos livros**. Brasília: Editora UNB, 1999.

DARNTON, R. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. SP: Companhia das Letras, 2010.

GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

HACKETT, A. P. **60 years of best sellers: 1895 – 1955**. New York: R. R. Bowker Company, 1956.

HITLER, A. **Minha Luta**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

KORDA, M. **Making the list**: a cultural history of the american best-seller (1900-199). NY: Barnes & Noble Books, 2001.

MELOT, M. **Livro**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012. (Coleção Artes do Livro, 9)

VITKINE, A. **Mein Kampf**: a história do livro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.